

DISCURSOS, MÍDIAS, PRÁTICAS E REGIMES DE CRENÇA

DISCOURS, MÉDIAS, PRATIQUES ET RÉGIMES DE CROYANCE

Jacques FONTANILLE¹

Resumo: As mídias exploram todos os planos de imanência. Mesmo limitando-se ao “texto” midiático, é difícil excluir dele os objetos e as tecnologias que o suportam, as práticas de recepção que o determinam, sem falar das estratégias de publicação e de edição, e até dos valores e identidades de marca que as subsumem. Além disso, a instância de discurso e de enunciação, por construírem as semioses midiáticas, devem adotar os “regimes de crença” que condicionam a implementação da veridicção textual. Esses regimes de crença são, em geral, incluídos nas determinações de gênero e de tipo semiótico, mas no caso das mídias, enfrentamos, dentro desta concepção, duas dificuldades: (1) a quantidade de tipos semióticos encontrados nas mídias e (2) a aparição recente de regimes de crença transversais e globalizados (o documento, o jogo, a didática e a ficção), que não se fixam mais a um gênero ou a um tipo. Essas dificuldades levantam questões, para além mesmo dos meios de comunicação, sobre o nível de ancoragem social dos regimes de crença midiáticos: formas de vida? Modos de existência social? Semiosferas? As mídias ocupam um espaço muito particular na cultura contemporânea, que exige uma abordagem em vários níveis.

Palavras-chave: Regimes de Crença. Práticas Semióticas. Discurso. Mídia.

Resumé: Les médias exploitent tous les plans d'immanence. Même en se limitant au « texte » médiatique, il est bien difficile d'en exclure les objets-supports et les technologies qui le portent, et les pratiques spectatoriennes qui le déterminent, sans même parler des stratégies de presse et d'édition, voire des valeurs et identités de marque qui les subsument. En outre, l'instance de discours et d'énonciation, pour construire les semioses médiatiques, doit adopter des « régimes de croyance » qui conditionnent la mise en oeuvre de la véridiction textuelle. Ces régimes de croyance sont en général compris dans les déterminations des genres et des types sémiotiques, mais dans le cas des médias on affronte à cet égard deux difficultés : (1) le nombre de types sémiotiques impliqués dans les médias, et (2) l'apparition récente de régimes de croyance transversaux et mondialisés (le document, le jeu, la didactique et la fiction) qui ne s'attachent plus à aucun genre et à aucun type. Ces difficultés conduisent à s'interroger, au-delà même des médias, sur le niveau d'ancrage social des régimes de croyance médiatiques : formes de vie ? modes d'existence sociaux ? sémiosphères ? Les médias occupent une place très particulière dans la culture contemporaine, qui impose une approche à plusieurs échelles

Mots-clés: Régimes de Croyance. Pratiques Sémiotiques. Discours. Médias.

¹ Fontanille. UNILIM. E-mail: jacques.fontanille@unilim.fr. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1141-1596>.

- | Discursos, mídias, práticas e regimes de crença

Introdução²

Para poder falar do “discurso” das mídias, é preciso, primeiro, defini-lo em sua natureza semiótica. O discurso é, de fato, a efetivação de um sistema subjacente, o ato realizado sob o controle da instância da enunciação, que produz uma semiose específica de um gênero ou de um tipo semiótico. Para caracterizar o tipo semiótico das mídias, podemos nos referir à tipologia hierarquizada dos planos de imanência (signo, texto, objeto, prática, estratégia e forma de vida). E é neste momento que os problemas aparecem.

As mídias exploram todos os planos de imanência. Mesmo limitando-se ao “texto” midiático, é difícil excluir dele os objetos e as tecnologias que o suportam, as práticas de recepção que o determinam, sem falar das estratégias de publicação e de edição, e até dos valores e identidades de marca que as subsumem.

Além disso, a instância de discurso e de enunciação, por construírem as semioses midiáticas, devem adotar os “regimes de crença” que condicionam a implementação da veridicção textual. Esses regimes de crença são, em geral, incluídos nas determinações de gênero e de tipo semiótico, mas no caso das mídias, enfrentamos, dentro desta concepção, duas dificuldades: (1) a quantidade de tipos semióticos encontrados nas mídias e (2) a aparição recente de regimes de crença transversais e globalizados (o documento, o jogo, a didática e a ficção), que não se fixam mais a um gênero ou a um tipo.

Essas dificuldades levantam questões, para além mesmo dos meios de comunicação, sobre o nível de ancoragem social dos regimes de crença midiáticos: formas de vida? Modos de existência social? Semiosferas?

A semiosfera e as mídias

As mídias ocupam um espaço muito particular na cultura contemporânea, que exige uma abordagem em vários níveis. Elas interferem, doravante, em todas as práticas públicas e privadas. Participam tanto da globalização das trocas, quanto da organização de nossa vida cotidiana e íntima. Elas influenciam todos os gêneros de discurso e contribuem para edificar uma nova arquitetura semiótica de nossas sociedades. E, em especial, para modificar substancialmente a fundação das semiosferas, isto é, o diálogo que elas mantêm entre si. As mídias são constitutivas de nossas formas de existência social, e

² Publicação original em francês: « Discours, médias, pratiques et régimes de croyance », apresentado em conferência na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. Tradução de Mariana Coutinho (UFF).

suas propriedades semióticas influenciam as formas de vida das quais elas participam, principalmente por meio dos *regimes de crença*.

A concepção semiótica desenvolvida pela Escola de Tartu-Moscou tem por base uma hipótese geral, condensada no conceito de *semiosfera* (LOTMAN, 1999), segundo a qual cada semiosfera se define por suas interações com as outras, no curso de um “diálogo” e de trocas de formas semióticas (as “linguagens”) que se formam em ambos os lados de uma fronteira simbólica estabelecida pelas sociedades: aquém da fronteira se desdobra o domínio do “nós”, e além, o domínio do “eles”; em suma, o limite e o lugar de trocas entre a identidade e a alteridade que se torna, considerando a existência da semiosfera, o lugar de trocas culturais.

A semiosfera se organiza em torno de um *centro* (a zona de maior consistência e da identidade cultural mais fortemente assumida), cercado de *zonas periféricas*, onde se atenuam, pouco a pouco, ao se distanciar do centro, essa consistência e essa identidade. A periferia é a zona das trocas com a cultura do outro, a zona da heterogeneidade e de formas semióticas transitórias, eventualmente em curso de integração e de adaptação à cultura do “nós”. É essa organização que é particularmente negada pelo movimento antropofágico, que procede sistematicamente pela descentralização e inversão da relação entre Eu e Outro. Voltaremos a isso.

A diferença entre as formas semióticas centrais e periféricas está principalmente na maneira como elas são assumidas pelo “nós”, e na intensidade com a qual esse “nós” adere às formas que ele manipula. Essa intensidade é avaliada em termos de força de engajamento, de estabilidade no tempo e de crenças compartilhadas. Ela é sustentada por diversos dispositivos sociais destinados a legitimar essa força, essa estabilidade no tempo e essas crenças.

Na zona central, desdobram-se e impõem-se especialmente as tradições, as normas, os gêneros e os cânones estéticos. Na zona periférica, ao contrário, os processos dominantes são aqueles de inovação, de tradução, de empréstimos e de hibridizações, que conferem um deslumbramento e um valor particular às contribuições estrangeiras, justamente em razão de sua estranheza e novidade. As “crenças” periféricas são, então, de natureza diferente daquelas do centro da semiosfera, já que elas não se sustentam nem pelas tradições, nem pelo consenso, e por nenhum dispositivo institucional, e apenas ganham valor pelo contraste da novidade, da raridade ou da alteridade. Os regimes de crença participam das condições da semiose e especialmente daquelas da veridicção: as condições da semiose, então, não são idênticas em todas as áreas da semiosfera. A diferença principal e dominante está entre as condições centrais e as condições periféricas.

Por essa perspectiva, a posição das mídias parece claramente periférica, e, de certa maneira, o é por definição. Um meio, qualquer que seja a acepção particular desse termo, é sempre uma instância de interação entre pelo menos dois domínios disjuntos (etimologicamente, é “um ambiente intermediário”), assim como as mídias contemporâneas, no sentido da passagem que operam entre domínios socioculturais diferentes. Certamente, esse papel mediador é frequentemente entendido como uma função de comunicação (as mídias são os “suportes de comunicação”), mas vemos que pelo aspecto da semiosfera, elas desempenham necessariamente, enquanto *operadores de mediação*, um papel decisivo nas zonas periféricas, um papel de realocação, de tradução e de transformação de formas semióticas. De certo modo, as mídias, por definição, realizam o projeto de descentralização da antropofagia: situar o centro da atividade semiótica na periferia da semiosfera.

Além disso, a globalização particular das produções midiáticas, especialmente em razão da organização econômica e comercial desse setor de atividades, reforça esse papel e ancora de maneira ainda mais forte as mídias nas zonas periféricas, onde trocam-se e transformam-se as produções de cada uma das áreas culturais. Por consequência, elas vão muito além do único diálogo bilateral previsto pelo líder da Escola de Tartu, Iuri Lotman, entre o domínio do “nós” e cada um dos domínios do “eles” (LOTMAN, 1999): as mídias globalizadas, de fato, clamam imediatamente o domínio do “nós” em uma interação multilateral, plural, talvez universal, com todos os outros domínios de uma só vez, inclusive com aqueles que, por razões históricas e geográficas, pareceriam não poder manter qualquer relação bilateral com o domínio do “nós”. Em última instância, eles chegam a questionar a existência e a possibilidade de uma persistência da cultura do “nós”.

As mídias submetem essa periferia a um verdadeiro ataque de informações, de produções semióticas, de gêneros e de tipos de emissão vindos do mundo inteiro, disseminando, por ondas sucessivas e regulares, novas contribuições e novas formas semióticas. Esse ataque também invade a zona central, aquela que comporta a identidade própria a cada semiosfera. Como a zona central é também aquela das crenças mais fortemente assumidas coletivamente, a questão de *regimes de crença midiáticos* torna-se primordial: sua difusão em cada semiosfera confronta-os com os que já estão assentados, e que, fundados sobre tradições ou instituições específicas, são suscetíveis de resistir a eles, de repeli-los, mas também de acolhê-los, de transformá-los e assimilá-los, com o risco, naturalmente, de desestabilizar a identidade do “nós”.

Examinaremos, assim, com maior atenção, a posição particular das mídias na *hierarquia e no sistema de formas semióticas* que constituem as sociedades e as culturas,

para tentar compreender em que e até que ponto sua influência pode transformar essas últimas. Então, levando em conta o caráter determinante dos *regimes de crença*, destacaremos a natureza das confrontações previsíveis entre, de um lado, os regimes de crença, que são usados pelas mídias em geral, especialmente as mídias globalizadas, e, de outro, aqueles que já foram assumidos e instalados nas instituições simbólicas de cada semiosfera. Dessa forma, e paralelamente, vamos nos esforçar para compreender que tipos de formas de vida as mídias contemporâneas instalam nas nossas sociedades.

As mídias, as formas semióticas e seus planos de imanência

Propomo-nos a distinguir, pelo menos a título de hipótese, seis planos de imanência diferentes (FONTANILLE, 2008): signos, textos, objetos, práticas, estratégias e formas de vida, estando essa série regida por um princípio hierárquico e de procedimentos de integração.

Os *signos* são unidades elementares de significação (uma palavra, um rosto, um logotipo), que formam, cada uma, um bloco, associando, pelo menos, uma expressão e um conteúdo. Sendo esse mínimo definido ao menos pelo fato de podermos isolar e fazer funcionar cada signo em vários contextos diferentes. Um ponto de ação em um *site* (um botão, uma frase colorida ou sublinhada, etc.) é tipicamente um signo, composto por uma expressão mínima, que é associada por convenção a uma função e a uma ação, elas também mínimas (clique para abrir).

Os *textos* são conjuntos significantes compostos de natureza verbal, icônica (imagens), gestual (em língua de sinais), etc. Eles se caracterizam por seu fechamento (tido como um princípio constitutivo, prévio à análise) que permite recuperar suas regularidades, recorrências, contrastes. Em suma, os tipos de composição que carregam a significação do todo do texto. O fechamento textual permite conferir um sentido particular ao início e ao fim do desenvolvimento do texto: uma parte da significação de um filme narrativo, por exemplo, pode ser deduzida pela diferença observável entre a situação final e a situação inicial.

No que concerne às imagens, uma vez que as consideremos como textos, podemos lhes reconhecer uma dimensão plástica global, uma composição visual estruturada, que é em si globalmente significativa. Em uma publicação jornalística, o modelo da primeira página é tipicamente de natureza textual, isto é, ao mesmo tempo plástica, tabular e topológica: os grafismos, as tipografias, as cores, as formas de inserção, os posicionamentos das fotografias contribuindo para o reconhecimento imediato da publicação, bem como para uma pré-codificação do conteúdo dos artigos, para efeitos de guiar ou modular o percurso visual e a leitura.

Os *objetos* são *corpos*, unidades semióticas em três dimensões caracterizadas por sua estrutura material, por sua morfologia exterior e algumas propriedades dinâmicas que lhe conferem uma “energia”: pelo menos, seu peso, para além das possibilidades de movimento e deformação. Para que um objeto possa ser considerado como um objeto signifiante, e não somente como uma “coisa”, sua *estrutura material*, sua *morfologia* e sua *dinâmica* devem poder ser interpretadas em termos funcionais: são, então, os determinantes de sua função e de seus usos práticos. As mídias são, elas também, “objetos”, geralmente sofisticados (o livro, o *site* na internet, a televisão, etc.), materiais ou visuais, mas sempre dotados de propriedades técnicas suscetíveis de garantir a conservação, a legibilidade, a mobilidade e a credibilidade, até mesmo a maleabilidade e a interatividade dos textos e signos que carregam.

Assim como os signos são diretamente integráveis aos textos, os corpos-objetos são, eles também, integráveis às práticas, graças à sua função. Mas é preciso, do mesmo jeito, que os textos possam ser integrados aos objetos, que esses últimos possam ser configurados para acolhê-los. Nessa perspectiva, os objetos se tornam os suportes dos textos, suporte de suas inscrições, de sua conservação material e de sua transmissão. Quando procuramos delimitar um filme televisivo, por exemplo, não podemos evitar levar em conta a tela, seu tamanho e luminosidade, assim como a disposição de fontes sonoras; de forma que o espaço de recepção, inseparável da experiência fílmica, faça parte do filme. O filme é, então, mais um “objeto” do que um texto.

A morfologia de seu revestimento superficial é formada de modo a tornar-se o suporte das inscrições. E essa adaptação do revestimento do corpo-objeto ao acolhimento dos textos se dá, em particular, na base escrita, que, em sentido estrito, pertence também ao universo midiático. O exemplo da primeira página de um veículo impresso, já abordado, vale também nesse sentido, já que a organização tabular, plástica e topológica da página constitui um tipo de matriz formal que, projetada sobre a página suporte (o objeto material), lhe permite receber as inscrições de textos e de imagens, assim como guiar sua leitura.

As próprias *práticas* são cursos de ação, definidos principalmente pelo tema da ação em curso, e pelos diferentes papéis que esse tema exige para que a ação ocorra: a leitura de um jornal é uma prática, que tem como tema o levantamento de informações sobre a atualidade; sendo essa atualidade definida por outra prática, a da edição periódica (diária, semanal, mensal, etc.). A propriedade principal de uma prática é não ser fechada. Aberto em ambas as extremidades da cadeia, o curso de ação deve encontrar sua significação no detalhe de suas peripécias, em sua acomodação sintagmática. Uma prática, naturalmente, pode ter um início e um fim, mas esse início e esse fim não participam da significação

prática do todo. Um jornal diário não é projetado nem para ser lido na íntegra, nem para ser lido de maneira linear, menos ainda para ser lido com a mesma “granularidade” prática em todas as suas partes.

No nível superior, as práticas se combinam e se superpõem para constituir as *estratégias*. As estratégias fornecem especificamente um “horizonte” de valores dominantes (em nome dos quais as práticas são ordenadas e estruturadas entre si), bem como um “estilo” estratégico, isto é, uma certa maneira observável e caracterizável de tratar as relações entre as práticas e ajustá-las umas às outras. Se assumirmos, por exemplo, que o desenvolvimento de uma noite em família segue uma estratégia implícita, então, devemos observar como, e em nome de que, as diferentes práticas nas quais os membros da família se engajam são hierarquizadas, ordenadas e ajustadas umas às outras. Por exemplo, a identificação de uma prática dominante (a refeição, a conversa, a televisão, a leitura de revistas, etc.), ou seja, aquela que imprime ritmo e coordena todas as outras, é frequentemente a chave que permite compreender o estilo estratégico da família, e, por consequência, como o uso de meios de comunicação se enquadra nele.

Há uma dimensão estratégica evidente nas mídias, uma vez que seus criadores levam em conta situações concretas nas quais as práticas de uso ocorrem. Se supomos, de fato, que o “espectador” médio assiste à televisão enquanto come, ou enquanto conversa com seus familiares, ou mesmo enquanto anda pelos cômodos da casa, trocando de canais de maneira imprevisível, o criador do programa e da grade de programação deve antecipar a gestão dessas práticas concomitantes e concorrentes, para se assegurar de um mínimo de continuidade da audiência.

E enfim, podemos falar de *formas de vida* quando identificamos os estilos estratégicos coerentes, recorrentes, relativamente independentes das situações temáticas, e suficientemente potentes para influenciar todas as práticas e todas as manifestações semióticas de um grupo ou de um tipo social e cultural. A *coerência* e a *congruência* são as propriedades fundamentais das formas de vida: uma coerência “horizontal”, que sustenta a *persistência do curso de vida*, e uma congruência “vertical” entre os valores, os estilos, as funções, as qualidades sensíveis, os regimes temporais e as paixões. Nesse sentido, as mídias são particularmente apropriadas para propor novas formas de vida, mas também para degradá-las na mesma velocidade.

Os níveis de análise são ordenados hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade do plano de expressão, mas cada nível está suscetível a acomodar e reconfigurar os elementos de outros níveis, somando elementos que lhe são próprios: por exemplo, uma prática semiótica pode acomodar e reconfigurar juntos os signos, os textos,

os objetos, fazendo deles elementos e instrumentos de um curso de ação. Inversamente, uma prática pode ser convertida em um texto, ou integrada em um texto sob a forma de um discurso de utilização, manual de instruções ou especificações.

Essas capacidades de integração (no sentido ascendente ou descendente) são capazes de produzir formas semióticas mistas, e que não são, contudo, incoerentes e heterogêneas, já que o nível de acolhimento impõe suas propriedades e restrições. Do mesmo modo, existem, então, objetos de análise que não estão estritamente situados em um nível único de análise e que não são puramente textos, objetos ou práticas. As mídias, como já compreendemos, fazem parte dessas formas mistas, uma vez que acabamos de encontrá-las em todas as etapas da análise de produções semióticas.

Se pegarmos o caso da televisão, como mídia, ela associa principalmente os *textos vídeos*, eles mesmos reunidos e configurados em *programas* e *séries*, com um *suporte técnico* (o aparelho de televisão e o canal de difusão), e *práticas* de uso (as diferentes formas do entretenimento e do consumo televisuais). O conhecimento das práticas e dos usos é necessário para compreender como o suporte é configurado: de fato, é a partir dessas práticas e desses usos que será definida a grade de um canal de TV, o lugar e o tipo de cada programa e de cada emissão, mas também aquele da publicidade e das vinhetas: nesse nível de análise, já estamos lidando com uma *estratégia*. Em resumo, aquilo que chamamos de “grade de programação” não é nada mais do que o produto de uma estratégia, a maneira como um suporte material é configurado para controlar as práticas de uso. Ela atua, nesse sentido, em um papel comparável àquele da primeira página da imprensa escrita.

O *meio* é mais do que uma maneira de mediação e difusão, uma vez que, se trata-se de um suporte configurado de um lado para acolher os textos midiáticos e de outro para influenciar as práticas, esse suporte torna-se, conseqüentemente, um “objeto” semiótico complexo, fortemente associado à maioria dos outros níveis de análise: ele determina, na verdade, tanto os gêneros quanto os tipos de textos que ele pode acomodar, e os gêneros e tipos de práticas com os quais ele é compatível. O meio é a mensagem, mas não exatamente no sentido em que entendia McLuhan: o meio é um objeto-suporte altamente estruturado e coercivo, que seleciona as outras formas semióticas, no caso, os textos vídeos, as práticas, as estratégias e as formas de vida.

Esse poder de estruturação, no caso das mídias, é mais abrangente ainda por razões institucionais e econômicas. De fato, a televisão, enquanto meio, é organizada em “canais”, assim como a mídia impressa é organizada em “títulos de imprensa”, jornais e revistas, ou mesmo em “grupos de imprensa”. Um canal é uma *marca*, uma identidade

comercial que, de um lado, tem um *status jurídico* e comercial, e de outro foi construído para definir os modos e *estilos de enunciação*, aplicados ao todo de programas, emissões e textos-vídeos.

Nesse sentido, ele retoma (i) signos típicos (monogramas e logos); (ii) gráficos (que regem a dimensão plástica da textualidade visual); (iii) uma certa concepção dominante dos programas mais importantes (horário nobre), assim como as “emissões de fluxo”, e, por consequência, as práticas de uso esperadas dos espectadores; (iv) ele adota também estratégias relacionadas às práticas de seus usuários e de seus concorrentes.

O desafio dessas escolhas, que dizem respeito ao todo da arquitetura semiótica da semiosfera, é fornecer ao canal uma identidade e um estilo semiótico reconhecíveis, e para isso, todas essas inflexões e seleções devem produzir um efeito de coerência. Já foi esclarecido que esse tipo de coerência “vertical” (a *congruência*) é característica desses conjuntos significantes que chamamos de “formas de vida”. Um canal de televisão propõe, então, globalmente, uma ou várias *formas de vida*. Assim, ele se define pela aparente força da ligação que une todas as escolhas que ele exhibe, pela *congruência* que ele garante a todos os níveis de análise, a todos os tipos de conteúdo; e quanto mais forte é essa congruência, mais fácil é identificá-la. E mais essa identidade se impõe como legítima aos olhos do espectador. Em suma, a congruência da forma de vida assumida por um meio garante, se não a crença, ao menos a adesão e a fidelidade do espectador.

O meio é, então, um tipo semiótico altamente integrador dentro das culturas, em duas fases. Primeira fase: aquela da constituição do suporte como uma *configuração de recepção*, de um lado, de textos midiáticos e, de outro, das práticas dos seus usos. Segunda fase: aquela da *institucionalização do suporte como uma “marca”*, em que a influência semiótica se estende desde os signos até as formas de vida.

Regimes de crença, paixões e formas de vida

Para cada tipo semiótico, seu regime de crença

Cada um dos níveis de análise definidos até aqui implica modalidades particulares de expressão, mas também de interpretação, e corresponde igualmente a um domínio de experiência (corporal, sensível e cognitivo) bem específico. As modalidades de interpretação dependem principalmente da maneira pela qual cada um dos tipos semióticos relaciona o universo do sentido e do tipo de expressão que ele propõe e a experiência sensível e cognitiva sobre a qual ele se funda.

Ao que concerne os objetos, por exemplo, a experiência a qual se refere seu tipo de expressão tridimensional, bem como suas três propriedades (*matérica, morfológica, dinâmica*), é aquela dos corpos, dos corpos físicos, mas também dos corpos vivos. Mais precisamente, essa experiência sensível e cognitiva é aqui constituída de todas as interações de nosso corpo próprio com outros corpos. Essa experiência deixa impressões e memórias, fornece aprendizados, e é assim que ela pode ser reatualizada a partir da interpretação de um novo objeto.

Questionar-se, por exemplo, sobre a ergonomia de um novo objeto é tentar interpretar sua forma em referência à memória das interações passadas com objetos comparáveis, mas também, por antecipação, com o tipo de interação que poderemos ter com ele. Questionar-se a respeito do *design* de um objeto ou de um meio é procurar encontrá-lo na sua morfologia de formas de experiência ligadas ao uso e às funções de outros objetos e mídias comparáveis. Ainda, um certo *regime de crença* se instala na confrontação entre o que propõe o novo objeto a interpretar e as experiências acumuladas na memória; esse regime de crença tem o *status* de uma promessa (trazida pela forma semiótica) e de uma *aceitação da promessa* (que resulta da confrontação com as impressões da experiência). No coração dessa promessa mais ou menos aceita, há o diálogo entre dois corpos, o corpo próprio do intérprete e o corpo-objeto proposto.

Podemos definir, então, os regimes de crença em função dos planos de imanência: crença semiológica (signos), representacional-ficcional (textos), funcional (objetos), práticas (prática) e de identificação (formas de vida). Com a diferença de que, como já vimos, o alcance da influência semiótica da mídia se estende por todos os níveis da semiósfera. E é, então, que surge o problema cultural central, aquele da congruência (ou não) das promessas.

Cruzamento, hibridação e conflitos dos regimes de crença

Se cada nível de análise propõe suas próprias promessas, o todo dos níveis de análise controlados por um meio propõe também uma promessa global. A característica mais surpreendente nas mídias contemporâneas é a dificuldade de garantir a congruência entre esses diferentes tipos de promessas semióticas, e particularmente nas mídias mais generalizadas e globalizadas, a televisão e a internet.

Se nos detivermos, por exemplo, no nível de análise dos textos, verbais, icônicos ou vídeos, eles comportam em si mesmos as promessas semióticas, por vezes erguidas em contratos de leitura, que predeterminam como o destinatário deve interpretá-los. Nas culturas institucionalizadas, essas promessas são convertidas em normas, em

estéticas e em gêneros: o romance policial, o teatro de “bouvelard”, o programa cultural, o documentário de viagem, as transmissões de jogos, etc., são gêneros, compreendendo instruções de leitura inscritas na forma dos textos e exploradas de acordo com os códigos de cada universo cultural.

A cada gênero corresponde, no lado do texto, um certo número de regras e de indicações que permitem reconhecer qual é o regime de crença proposto, e, no lado da prática de interpretação, um tipo de imaginário e de disposição interior permitindo aceitar a promessa e adotar o regime de crença. É por isso, digamos, que para entrar em uma obra de ficção, é preciso suspender a descrença que poderia inspirar a confrontação entre o mundo da obra e o da experiência cotidiana, e aceitar provisoriamente um novo tipo de crença (ficcional).

No entanto, as mídias subvertem esse estado de coisas, especialmente por sua posição periférica na semiosfera, isto é, neste lugar onde as instruções genéricas se enfraquecem e onde as instituições culturais perdem seu crédito. E esse lugar é também o da comunicação globalizada instantânea, um sistema de troca multilateral e que escapa às injunções e recomendações em curso na zona central da semiosfera. A partir de então, os regimes de crença, associados aos gêneros e tipos semióticos instituídos em cada cultura, dão lugar aos regimes de crença transversais, globais e particularmente invasivos.

As mídias globalizadas, especialmente a televisão e a internet, propõem promessas semióticas que podem ser reagrupadas em quatro grandes categorias (notadamente seguindo os trabalhos de François Jost³), e, portanto, em *quatro regimes de crença* consideravelmente contrastados. Quatro apenas: (i) o documento e a informação, (ii) o jogo e a competição, (iii) a ficção e a narração, (iv) o ensino-iniciação e a didática (em que o *status* midiático se desenvolve na mesma proporção que os cursos massivamente difundidos *on-line*).

Cada um desses quatro regimes de crença se define pela relação de verdade que ele tem com o mundo de experiência cotidiana, e essa relação de verdade pode ser objeto de validações ou de falsificações: por exemplo, o documento, o ensino e o jogo devem poder influir na experiência cotidiana, cada um à sua maneira, enquanto esse não será o caso para uma ficção; outro exemplo: no regime documental, a veridicção é controlada por um canal de referências no qual o testemunho é o primeiro elo, e que retoma uma experiência original (experiência sensível, científica ou outra), ao passo que, no regime didático, é a relação entre mestre e discípulo que substitui a cadeia de referências, ou a

³ Particularmente em Jost François, **Comprendre la télévision**, Paris, Armand Colin, 2005, coll. 128. François Jost toma apenas três regimes, e não leva (ainda) em conta o regime didático.

reconfigura, e essa relação consiste principalmente na transmissão (com aprendizagem) de códigos de criptografia e descriptografia para a informação proposta.

Cada um dos quatro regimes de crença tem uma outra relação espaço-temporal específica com a experiência cotidiana (pode ser totalmente despreendida ou fortemente ancorada, graças às operações de embreagem e debreagem): sabemos, por exemplo, que a ficção se coloca como despreendida do momento e do local da leitura, e que isso se traduz, nos escritos de ficção, por uma utilização específica de relações temporais. Além disso, cada um dos regimes de crença corresponde a um tipo de valor, a uma encenação e regras de validação que lhe são próprias. Para o *documento*, a informação nova e atestada; para o *jogo*, o respeito às regras, o ritual e o nível de dificuldade da “fase”; para a ficção, o interesse e a verossimilhança contínuos e sustentados até o fim; para o ensino-iniciação, a utilidade de conhecimentos validados para um canal de garantias institucionais e sociais.

O usuário de mídias entra, então, nos textos midiáticos, munido de suas instruções e de suas promessas transversais e em pequeno número. E o que ele descobre hoje? Transmissões de jogos que são transformadas em documentário de viagem; ensaios de aventuras exóticas que são, na verdade, jogos e competições; frações de vida cotidiana que são aparentemente construídas como os jogos, mas que aprendemos rápido que funcionam como ficção; documentos que pegam seus códigos emprestados de gêneros tipicamente ficcionais, etc. O momento mais conhecido dessa evolução cultural corresponde ao nascimento e à difusão da tele-realidade sob todas as suas formas, que impõe seu regime próprio de crença (a ficção e a narração cenarizada) sob a cobertura de outro regime (o jogo e a competição), às situações que pretenderiam, no entanto, se apresentar como documentais e trivialmente cotidianas. Os regimes de crença midiáticos transversais tornam ilegíveis aqueles associados aos gêneros e tipos semióticos, e se combinam entre si *ad libitum*.

A tendência observada conduz a uma inevitável desestabilização de condições da semiose midiática. Passando de um canal a outro, e descobrindo uma cena de perseguição de automóveis, fica cada vez mais difícil decidir imediatamente se se trata de uma sequência de filme policial (ficção e narração), de um documentário sobre o trabalho da polícia (documento e informação) ou de uma corrida automotiva (jogo e competição). Do mesmo modo, um grupo de atores atravessando um rio turbulento pode também pertencer a um filme de aventura (ficção) ou uma transmissão de esportes radicais e de sobrevivência (jogo) ou a uma publicidade para um destino ou um agente de viagens (documento e informação). Essa tendência, certamente, é ainda mais acentuada quando o suporte midiático se presta a uma prática fragmentada, que se chama “zapping” para a televisão e “navegação” para a internet.

Poderíamos mesmo considerar que esses deslocamentos incessantes entre gêneros e regimes de crença transversais são constitutivos de uma nova retórica midiática: é de alguma forma “por metáfora” que o documentário sobre o cotidiano da polícia apresentará uma perseguição de automóvel pelos mesmos motivos que uma sequência de filme policial; é ainda “por metáfora” que a publicidade para um operador turístico pegará emprestados seus códigos dos filmes de aventura, a fim de ser mais persuasiva. A metonímia também atua desde que as emissões e as telas estejam ajustadas entre si. Há também citações e menções, mas sua generalização sistemática destrói a hierarquia enunciativa que seria necessária para falar ainda de “citação” ou de “menção”: perguntamos, por exemplo, se os programas de tele-realidade “de sobrevivência” ou “de esportes extremos” não são também publicidades indiretas para as atividades turísticas do mesmo tipo organizadas em regiões do mundo tão visitadas.

É preciso compreender, então, que o meio é portador de um regime de crença global, e de *formas de vida* dominantes que interferem naquelas associadas aos gêneros textuais propriamente ditos e fixados em cada cultura particular; interferem e os substituem. O *jogo*, o *documento*, a *ficção* e o *ensino* funcionam como *meta-regimes* de crença da globalização midiática, que geram ao mesmo tempo as formas mistas e as combinações em grande número, além de uma incerteza crescente para o espectador no momento da interpretação.

O problema não é mais saber se os programas de informação dizem a verdade sobre o mundo, se os jogos são manipulados ou confiáveis, se as publicidades se identificam com a deontologia comercial, ou se os filmes de ficção respeitam os códigos estéticos de seus gêneros. O problema já se coloca bem antes para o usuário, pois o que é perturbado e desestabilizado são as condições da escolha do regime de crença mais apropriado. É conveniente compreender que se, diante de um comercial, for necessário perguntar-se de antemão se estamos lidando com um jogo, um documento ou uma ficção, as condições de interpretação da mensagem publicitária serão muito prejudicadas, e esse prejuízo apenas se dá em favor da manipulação das crenças, ou seja, de uma estratégia de persuasão que atua sobre a desestabilização semiótica do intérprete.

Os grupos terroristas globalizados já integraram isso perfeitamente, já que as cenas de guerra e massacre que apresentam em seus *sites* na internet adotam motivos dos videogames ou de filmes espetaculares de guerra. A retórica generalizada que evocamos acima aparece, então, como uma vasta corporação coletiva de manipulação em escala planetária.

Por uma ética dos regimes de crença

O cerne do problema é, então, a hibridização sistemática dos regimes de crença midiáticos contemporâneos. Os grupos que protestam contra as imagens da mulher transmitidas pela mídia, contra os costumes veiculados nessa mesma mídia, ou contra todos os tipos de turpitudes ideológicas ou morais atribuídas aos seus autores, se enganam de alvo e de aposta: todos ignoram (conscientemente ou não) a diferença efetiva e significativa entre os regimes de crença, como se os espectadores intérpretes fossem incapazes de identificar os gêneros e os regimes de crença, como se fossem definitivamente ineducáveis nesse sentido.

No caso das mídias contemporâneas, é a instituição midiática em si que pratica sistematicamente a hibridação e que induz a confusão de regimes de crença; e não é o intérprete que seria frágil, incompetente e atordoado. No caso da tele-realidade, por exemplo, os comportamentos que são apresentados como cotidianos e documentais são, de fato, construídos de maneira ficcional, com base em roteiros ou tramas roteirizadas e assumidas por personagens que foram selecionados como são os atores de ficção. Além disso, as regras de exclusão progressiva de participantes, que supõem uma volta ao universo dos jogos e competições, fazem parte igualmente da trama roteirizada.

O papel do semiótico não é o de definir uma norma de conduta ou de preconizar esta ou aquela prescrição moral. Seu objetivo é observar, compreender e identificar as “zonas críticas”, os locais problemáticos e os pontos de intervenção que podem levar à solução de problemas. Neste caso, a zona crítica é a *hibridização dos regimes de crença*. O local problemático é a existência de *regimes de crença próprios às mídias globalizadas*, e independentes daqueles que os gêneros textuais tradicionais propõem em cada cultura.

O ponto de intervenção é provavelmente a *congruência das formas de vida*: no processo, na verdade, a congruência própria às formas de vida está em crise. A existência de uma forma de vida reconhecível é, de fato, uma condição para que o usuário de mídias possa assumir ou tomar distância, aceitar ou rejeitar, conscientemente, os valores, as situações e os papéis que são propostos. E a hibridação sistemática que constatamos pode apenas desqualificá-lo como sujeito responsável de suas escolhas. Em suma, a hibridação dos regimes de crença compromete mesmo a possibilidade de manifestação de formas de vida reconhecíveis e apropriáveis.

E se lembrarmos aqui que a *congruência de uma forma de vida* é a chave de uma identidade forte para uma marca, para um canal de televisão, ou para um *site*, então esse ponto de intervenção torna-se, pelo próprio meio, *estratégico*. A confusão sistemática

entre os regimes de crença torna ilegível a organização da grade de um canal de televisão, já que ela interrompe o reconhecimento por parte do espectador dos gêneros textuais e dos tipos de programas que são ainda cuidadosamente distribuídos ao longo do dia e da semana, de acordo com uma grade da qual ele deveria ser o destinatário competente.

E essa hibridização confusa não é estranha ao fato de que hoje, pelo menos no que diz respeito à mídia dominante, a própria identidade de marcas, canais e títulos é cada vez mais indistinta. Sem identidade reconhecível, uma marca não pode enunciar legitimamente, ou simplesmente, não pode adotar um claro posicionamento de enunciação. Retornando ao ponto anterior: sem enunciador identificável, o enunciatário não sabe mais como se colocar; o *eu* constrói o *tu*, e reciprocamente. Assim, se um falha, é o sistema da enunciação que vacila.

Se precisássemos enunciar uma recomendação propriamente semiótica, seria esta: *preservar, desenvolver e dinamizar a diversidade de nossos regimes de crença culturais*. E é precisamente esta a condição para que as formas de vida que eles suportam possam ser percebidas e assumidas como formas de vida. De um ponto de vista semiótico, uma forma de vida apenas existe em contraste, ao menos o contraste de uma figura saliente e diferente em um contexto de consenso. As formas de vida só estruturam nossa relação no mundo por sua capacidade de se opor e de se transformar, e, graças a seus contrastes distintivos, a solicitar nossa escolha.

Só podemos, em suma, assumir nossas formas de vida na diversidade, só podemos lhes atribuir significação por contraste. Nossa vida apenas tem sentido na contradição e na possibilidade de escolha, e as mídias só contribuirão para isso se elas apresentarem e implementarem seu potencial de contradição e de contraste.

Os brasileiros inventaram um regime semiótico específico, ao nível de toda a sociedade: a antropofagia. Esse regime semiótico, concebido bem antes da era das mídias globalizadas, poderia ser uma resposta ao problema que destacamos. A antropofagia, na verdade, decide em toda prática aquilo que é o Outro, e projeta sobre ele um princípio de triagem axiológica que separa entre o que, do Outro, é apropriável ou não. Em face da hibridização sistemática dos regimes de crença e da retórica generalizada que descrevemos, a antropofagia se opõe a um processo de reapropriação da alteridade, um processo de alteração seletiva que garante o fortalecimento e a reconstituição do Eu e da própria cultura.

- | Discursos, mídias, práticas e regimes de crença

Referências

FONTANILLE, J. **Pratiques Sémiotiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

JOST, F. **Comprendre la télévision**. Paris: Armand Colin, 2005.

LOTMAN, I. **La Sémiosphère**. Tradução Anka Ledenko. Limoges: Pulim, 1999.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: FONTANILLE, Jacques. Discursos, mídias, práticas e regimes de crença. **Revista do GEL**, v. 16, n. 3, p. 246-261, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v16i3.2608>

Submetido em: 12/09/2019 | Aceito em: 07/12/2019.
